

IMPACTOS DA LEI DE COTAS NA PRODUÇÃO DOS ALUNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO: UM ESTUDO DE CASO COM BASE NA FAU-UFRJ. (SESSÃO TEMÁTICA 14)

Renata Guimarães Pougy

PPGAU.UFF | renatapougy@id.uff.br

Pedro Henrique Neves de Lima

PPGAU.UFF | nevespedro@id.uff.br

Sessão Temática 14: Ensino, formação e prática em planejamento

Resumo: As políticas de ação afirmativa para ingresso no ensino superior têm sido amplamente debatidas, mas ainda carecem de análises aprofundadas sobre seus impactos específicos na formação e prática profissional. Este artigo investiga os efeitos da Lei nº 12.711/2012 no curso de Arquitetura e Urbanismo, com foco na produção acadêmica e na escolha de territórios de intervenção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa analisou Trabalhos Finais de Graduação (TFGs) realizados nos anos de 2013, 2017 e 2022. Os resultados apontam uma evolução significativa no caráter projetual dos TFGs, com maior atenção às questões sociais e aos territórios periféricos, conforme a política se consolidou. Esta pesquisa contribui ao evidenciar como ações afirmativas podem promover mudanças positivas no ensino superior e influenciar a produção de cidades mais inclusivas no Brasil.

Palavras-chave: Trabalho Final de Graduação; Ações Afirmativas; Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Caráter Social; Territórios Periféricos.

IMPACTS OF AFFIRMATIVE ACTION POLICIES ON THE ARCHITECTURE NA URBANISM ACADEMIC PRODUCTION: CASE STUDY BASED ON FAU-UFRJ.

Abstract: Affirmative action policies for access to higher education have been widely debated but still lack in-depth analyses of their specific impacts on professional training and practice. This article investigates the effects of Law N°. 12.711/2012 on the Architecture and Urbanism program, focusing on academic production and the selection of intervention territories in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The research analyzed Final Graduation Projects (TFGs) from the years 2013, 2017, and 2022. The results reveal a significant evolution in the design focus of the TFGs, with greater attention to social issues and peripheral territories as the policy became more established. This study contributes by demonstrating how affirmative actions can foster positive changes in higher education and influence the development of more inclusive cities in Brazil.

Keywords: Final Graduation Projects; Affirmative Actions; Metropolitan Region of Rio de Janeiro; Social Character; Peripheral Territories.

IMPACTOS DE LAS ACCIONES AFIRMATIVAS EN LA PRODUCCIÓN DE ESTUDIANTES DE ARQUITECTURA Y URBANISMO: UN ESTUDIO DE CASO BASADO EN LA FAU-UFRJ

Resumen: Las políticas de acción afirmativa para el acceso a la educación superior han sido ampliamente debatidas, pero aún carecen de análisis profundos sobre sus impactos específicos en la formación y la práctica profesional. Este artículo investiga los efectos de la Ley N.º 12.711/2012 en el curso de Arquitectura y Urbanismo, con un enfoque en la producción académica y la selección de territorios de intervención en la Región Metropolitana de Río de Janeiro. La investigación analizó los Trabajos Finales de Grado (TFGs) de los años 2013, 2017 y 2022. Los resultados muestran una evolución significativa en el enfoque proyectual de los TFGs, con una mayor atención a las cuestiones sociales y a los territorios periféricos a medida que la política se consolidó. Este estudio contribuye al evidenciar cómo las acciones afirmativas pueden promover cambios positivos en la educación superior e influir en el desarrollo de ciudades más inclusivas en Brasil.

Palabras clave: Trabajo Final de Graduación; Acciones Afirmativas; Región Metropolitana de Río de Janeiro; Carácter Social; Territorios Periféricos.

INTRODUÇÃO

O Brasil é palco para diversos tipos de desigualdade. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, o país possui o décimo quarto maior índice de Gini do planeta (PNUD, 2022), este indicador é utilizado para determinar a concentração de renda de determinado território e, com isso, aferir o grau de desigualdade do mesmo, sua escala vai de 0 a 100, ou 0 à 1 dependendo da região, e quanto maior for o resultado, maior a desigualdade do local. Além disso, quando analisada a questão da desigualdade de renda no país, tem-se que os “10% mais ricos ganhavam, em média, 31,2 vezes mais que os 40% mais pobres” no ano de 2022 (Salata e Ribeiro, 2023). Essas desigualdades também são espacialmente percebidas no contraste entre a cidade formal e a periferia ou, como são popularmente conhecidas, a favela e o asfalto. De acordo com o censo de 2022, 8,1% da população brasileira mora em favelas, isto é:

“ (...) territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade” (Censo, 2022).

No Brasil, a pobreza é racializada, afetando desproporcionalmente a população preta e parda, que enfrenta as consequências mais severas dessa conjuntura social e econômica. Quando contrastada a questão da raça e da renda, tem-se que, em 2018, o rendimento médio mensal per capita da população preta e parda, de R\$ 934, era quase a metade do rendimento da população branca, de R\$ 1.846 (IBGE, 2019). Ademais, ao relacionar a raça com a moradia em favelas, tem-se que 72,9% das pessoas que moram em favelas no país, são pretas ou pardas (Censo, 2022). Esse panorama de desigualdades implica em diversas consequências, sendo uma delas, as diferentes oportunidades de acesso à educação, a exemplo disso, se tem que a proporção de pessoas brancas com ensino superior, por quadriênio, de 1955 até 1989, é aproximadamente o triplo da população negra (Honorato et. al, 2022, p.41). Diante desse cenário, foi sancionada, em agosto de 2012, a Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas. A medida visa ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes pretos, pardos, indígenas e em situação de vulnerabilidade social, mediante critérios como renda familiar e formação em escolas públicas, promovendo maior equidade racial e social no país. A partir desse momento, os grupos contemplados pelas cotas passaram a compor, em maior proporção, o corpo discente das universidades federais e estaduais, essa inclusão transformou dinâmicas internas e influenciou as produções acadêmicas, promovendo maior perspectivas e debates nestes espaços.

Embora a Lei de Cotas tenha sido amplamente estudada no contexto do acesso ao ensino superior, seus efeitos específicos na educação e na prática do curso de Arquitetura e Urbanismo permanecem pouco compreendidos, especialmente no que diz respeito à influência da diversidade na produção acadêmica e profissional. Este estudo busca preencher

essa lacuna examinando se a inclusão de estudantes cotistas resultou em mudanças perceptíveis nas características sociais dos Trabalhos Finais de Graduação (TFGs) e na escolha de territórios periféricos como foco de intervenção, com o objetivo de analisar o efeito da Lei de Cotas no ensino, aprendizagem, formação e na prática dos discentes de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, a pesquisa visa estimular o debate sobre a função social da profissão e a importância das ações afirmativas para a diminuição do cenário de desigualdades de acesso ao ensino. Ademais, intenta apontar que a diversidade do corpo discente, tem efeito para além dos contemplados pelas cotas, uma vez que expande o alcance dos debates e práticas realizadas devido a entrada de novas perspectivas e vivências diferentes em territórios diversos. Visando instrumentalizar esses debates, foram elaborados mapas e gráficos de forma a facilitar a divulgação dos dados levantados, objetivando a democratização desse conhecimento. Para isso, foi utilizado, como estudo de caso, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da análise dos Trabalhos Finais de Graduação (TFGs), de 2013, 2017 e 2022 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A escolha dos TFGs como instrumento de investigação dessa possível mudança na postura de atuação dos arquitetos e urbanistas se deu por esta ser a interseção entre o ensino, a formação e a prática profissional. O Trabalho Final de Graduação, enquanto último projeto acadêmico e primeiro do exercício profissional, diferencia-se dos projetos realizados durante a graduação, que seguem ementas pré-definidas, e dos projetos profissionais, voltados às demandas de clientes por ser elaborado segundo o interesse e a percepção do estudante sobre seu papel como arquiteto e urbanista. Por essa razão, o TFG constitui um parâmetro relevante para analisar a influência de experiências acadêmicas e pessoais diversas na formação do profissional e, com isso, sua futura atuação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ensino de planejamento urbano e regional nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil enfrenta o desafio de integrar as periferias ao ambiente acadêmico. A exclusão histórica da população que ocupa esses territórios limita seu acesso às discussões sobre os espaços que produzem e habitam, perpetuando desigualdades. Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” aponta caminhos para romper essa exclusão, promovendo uma educação que valoriza o pertencimento e o senso crítico dos estudantes oriundos das periferias. Ao perceberem seus territórios como portadores de história e saberes únicos, esses estudantes se tornam agentes transformadores, capazes de reconfigurar seus espaços e questionar as estruturas que os marginalizam (Freire, 1996). As políticas de ações afirmativas, como a Lei 12.711, desempenham papel essencial nesse processo. Ao possibilitar o acesso de populações vulneráveis à educação superior, elas não apenas ampliam a representatividade no meio acadêmico, mas também fomentam a consciência crítica necessária para a transformação dos territórios periféricos. Como exemplificado por Paulo Freire (Freire, 1996), a luta por melhores condições de vida promove um novo entendimento do papel dos

moradores nas dinâmicas sociais, mostrando que a situação de exclusão não é irreversível, mas um convite à ação coletiva e consciente.

Esse contexto ressalta a importância de um ensino comprometido com a inclusão e a emancipação, em que as periferias sejam reconhecidas como elementos centrais na formação de profissionais capazes de atuar na construção de cidades mais justas e democráticas. Como argumenta Milton Santos, a negação histórica da cidadania à população negra no Brasil, desde a abolição da escravidão, manifesta-se na precariedade das condições de moradia e na exclusão das favelas do planejamento urbano formal (Santos, 1996). Nesse sentido, a política de cotas desempenha um papel fundamental ao diversificar a composição dos estudantes de arquitetura e urbanismo, potencialmente redirecionando as preocupações formativas e projetuais para abordagens às realidades das periferias e às questões sociais estruturais.

A LEI DE COTAS: IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, o Brasil celebrou os 10 anos da Lei 12.711, criada para ampliar o acesso ao ensino superior, especialmente para grupos historicamente excluídos. A Lei determina a reserva de vagas em instituições federais de ensino para estudantes de escolas públicas com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, além de autodeclarados pretos, pardos, indígenas e, desde 2016, pessoas com deficiência (Carreira; Heringer, 2022). A implantação dessa política representou um marco na democratização dos espaços acadêmicos, historicamente dominados por uma elite com acesso privilegiado à educação básica de qualidade. Antes da Lei, ações afirmativas já estavam presentes no Brasil desde os anos 1990, mas enfrentavam resistência judicial e midiática. Segundo Campos, Feres Júnior e Daflon (2011), muitos intelectuais da grande mídia questionavam sua validade jurídica e ética, alegando que medidas como essas seriam "racistas" e contrárias à ideia de uma sociedade supostamente igualitária. A partir da aprovação da Lei, o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o caráter reparatório dessas ações, reconhecendo-as como instrumentos fundamentais para a promoção da equidade racial e social.

Os impactos da Lei de Cotas são evidentes. Entre 2011 e 2019, houve um aumento de 87% na taxa de frequência à graduação entre a população negra, enquanto a população branca apresentou crescimento de apenas 9% no mesmo período. Apesar desse avanço, as desigualdades persistem: em 2019, 34% da população branca já ultrapassava a meta de taxa líquida de matrícula de 33% no ensino superior segundo o Plano Nacional de Educação, enquanto negros e indígenas registravam taxas de 18% e 15%, respectivamente (Honorato et al., 2022). Além do ingresso, a permanência dos estudantes é um desafio crítico. Jovens negros enfrentam dificuldades para completar a escolarização básica, limitando seu acesso ao ensino superior. Aqueles que ingressam nas universidades frequentemente lidam com barreiras como a falta de recursos financeiros, precariedade da mobilidade urbana e o racismo estrutural nas instituições, fatores que comprometem a conclusão dos cursos (Honorato et al., 2022). Outro aspecto relevante é o déficit geral de escolarização superior no Brasil. O país

está entre os que apresentam os menores percentuais de graduação no ensino superior no mundo (OECD, 2021). A política de cotas foi parte de um esforço maior, incluindo a expansão das universidades públicas pelo programa Reuni, para enfrentar essa lacuna. No entanto, para alcançar uma transformação estrutural, é essencial dar continuidade a essas iniciativas e investir em políticas que garantam o acesso, a permanência e a formação de qualidade.

A POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E IMPACTOS

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundada em 1920, destaca-se como a primeira universidade brasileira. A Universidade foi fundada através da fusão de três escolas de elite do Rio de Janeiro: Medicina, Direito e Politécnica. Segundo Martins: “Esse fato viria a moldar a estrutura da UFRJ, que, desde sua fundação, incorporou traços fragmentados, patrimonialistas e elitistas. Tais traços marcam sua trajetória até hoje, consistindo em obstáculos ao desenvolvimento da UFRJ (Martins 2018, p. 75)”.

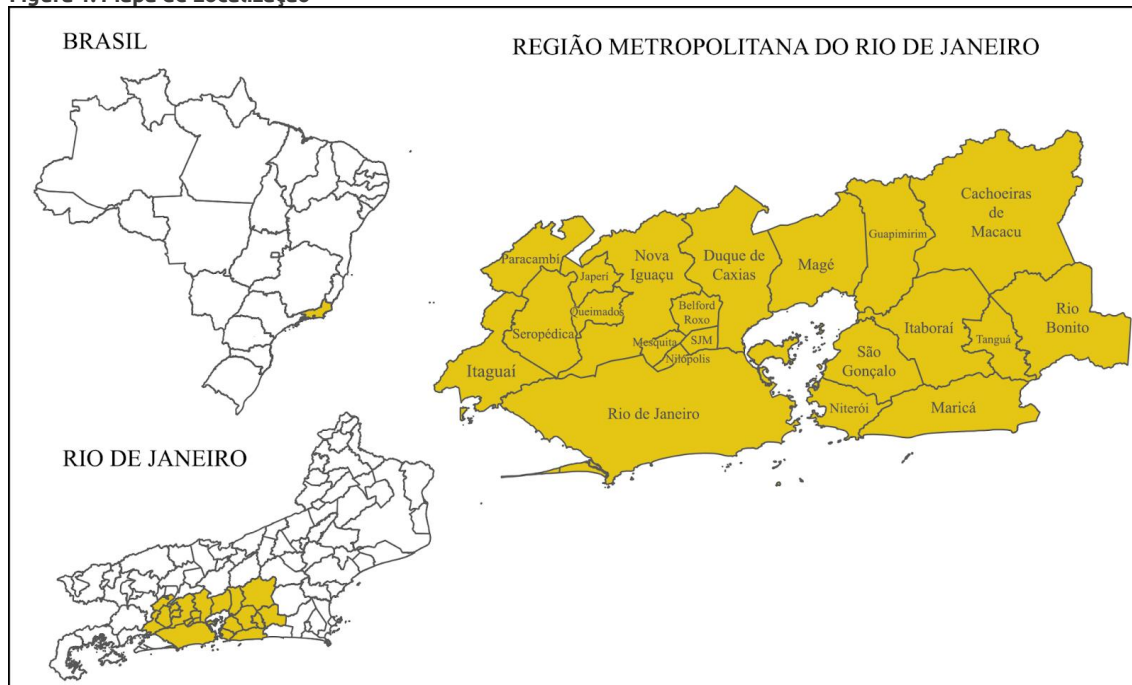
Dessa forma, o debate sobre a democratização do acesso e à diversificação do perfil discente, através da adoção de ações afirmativas na UFRJ enfrentou resistências internas significativas. Até 2011, a universidade possuía reserva de vagas segundo critérios de renda e escolaridade, mas sem incluir recortes étnico-raciais. Somente após a promulgação da Lei n.º 12.711/2012, a UFRJ incorporou cotas raciais no processo seletivo. A Resolução Consuni n.º 21/2012 determinou que, em 2013, 51,8% das vagas fossem destinadas a estudantes de escolas públicas, com renda per capita de até 1,5 salário mínimo e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (UFRJ, CONSUNI, 2012). Ainda que a Lei de cotas seja de 2012 e a resolução que a implementou de 2013, foi somente em 2014 que a UFRJ conseguiu, de fato, concluir o primeiro processo seletivo de ingresso à graduação adaptado ao novo regulamento. Essa política representou um marco na democratização do acesso, enfrentando resistências históricas na instituição. Segundo Honorato e Heringer (2015.), a UFRJ sempre esteve dividida entre aqueles que priorizavam a excelência acadêmica tradicional e aqueles que defendiam a abertura e democratização da universidade. Apesar desses avanços, estudos apontam desafios persistentes. Como ressalta Januario (Januario, 2013), as cotas ainda são vistas como uma ameaça ao mérito e à excelência acadêmica dentro da instituição, e há uma ausência de projetos voltados para a integração e permanência dos estudantes negros. Isso evidencia a necessidade de superar narrativas tradicionais e desenvolver políticas mais inclusivas que promovam equidade no ambiente acadêmico.

RECORTE DE ESTUDO

Tendo em vista que o alcance da produção da FAU - UFRJ extrapola o limite do município em que se encontra, definiu-se como recorte espacial a RMRJ. Apesar de, nos anos analisados, terem ocorrido projetos fora desta área, a grande maioria se manteve nesse limite composto por 21 municípios, sendo eles: (i) Rio de Janeiro; (ii) Belford Roxo; (iii) Duque de Caxias; (iv) Guapimirim; (v) Itaboraí; (vi) Japeri; (vii) Magé; (viii) Maricá; (ix) Mesquita; (x) Nilópolis; (xi)

Niterói;(xii) Nova Iguaçu; (xiii) Paracambi;(xiv) Queimados; (xv) São Gonçalo; (xvi) São João de Meriti; (xvii) Seropédica; (xviii) Tanguá; (xix) Itaguaí; (xx) Rio Bonito; (xxi) Cachoeiras de Macacu (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização



Nota: SJM é a cidade de São João de Meriti
Fonte: Autores, 2024.

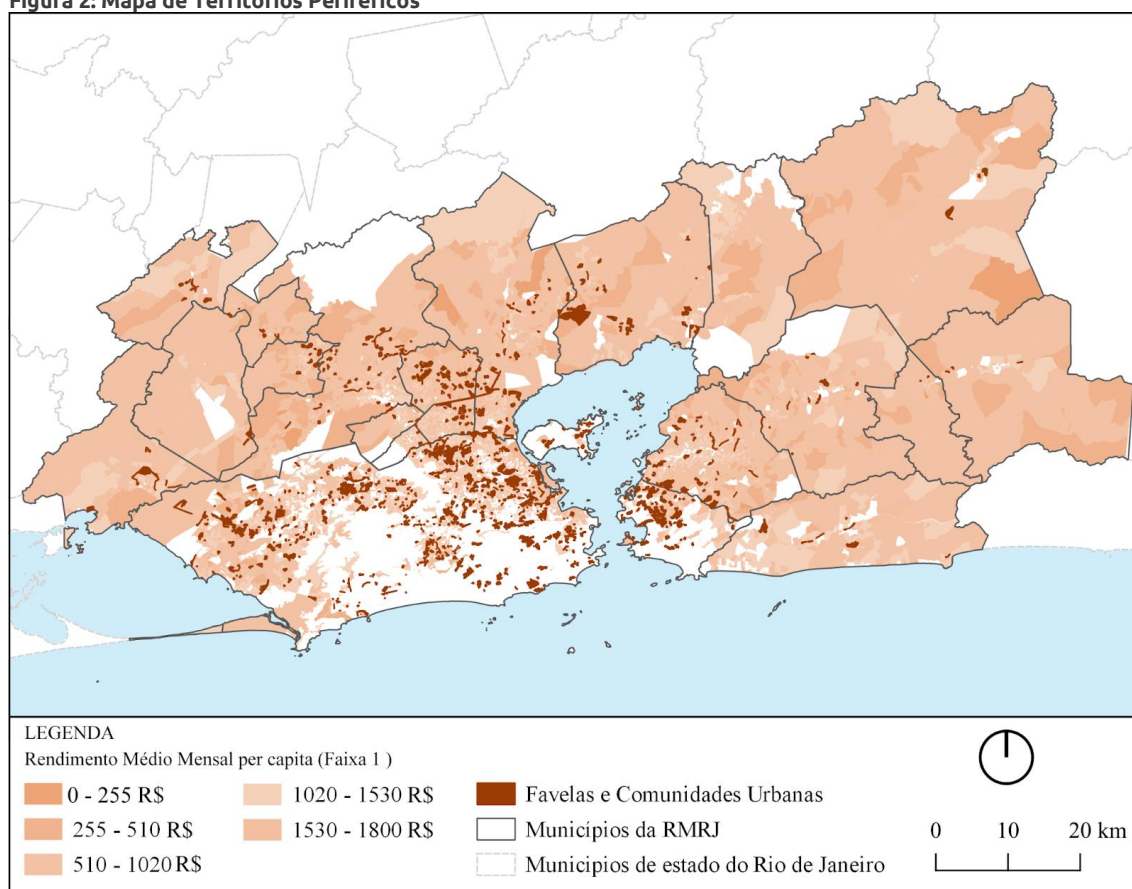
Para a caracterização do conceito, que nomeamos de Territórios Periféricos, e a definição espacial das áreas por eles contempladas nos municípios da Região Metropolitana, foi feito um breve levantamento dos conceitos de subúrbio, favela e periferia que, no caso do Rio de Janeiro, se misturam. Historicamente o conceito de subúrbio está atrelado à distância para com o centro da cidade, caracterizado por ser a área com maior disponibilidade de empregos, serviços e equipamentos públicos como descrito por Fernandes, “O sentido essencial, original e geral da categoria de subúrbio reside no fato de representar um espaço geográfico à margem, nas bordas, na periferia, localizado extramuros da cidade” (Fernandes, 2011, p. 34). No Rio de Janeiro isso se refletiu primeiramente nos arrabaldes da cidade, ocupados durante o séc.XIX pela classe mais abastada. Já no século XX, essa noção começou a mudar e se estabeleceu o que Soares (1965) definiu como “o conceito carioca de subúrbio”. Nesse contexto, a distância se torna secundária para a definição do conceito, perdendo espaço para o modal de transporte de acesso ao local e a renda da população habitante: as áreas atendidas pelo trem onde morava maioria proletária eram consideradas subúrbio. A população carioca de baixa renda encontrou, assim, duas possibilidades principais de áreas para se estabelecer ao longo do século XX e XXI: o subúrbio e a favela. As favelas, apesar de aparecerem em grande quantidade nos subúrbios, não estão atreladas a essa associação com o modal de transporte nem a uma possível proximidade ou afastamento relativo ao centro, segundo o IBGE, são áreas de “predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da

posse e pelo menos, um dos demais critérios: ausência ou oferta incompleta de serviços públicos; predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são auto produzidos ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística". (IBGE, 2024, P. 53/54). Ambos os espaços, as favela e "[...] os subúrbios têm dado lugar ao que se chama de periferia - com forte estigma social, lugar de moradia de população de baixa renda, sem infraestrutura e equipamentos urbanos [...]" (Fernandes, 2011, p. 11). Isto é:

"periferia não é esse perímetro em torno dum núcleo central, como é veiculado em certas imagens simplificadas que falam nos "cinturões", nos "anéis", que o crescimento da cidade, sobretudo a de tipo industrial, iria gerando sucessivamente.(...) Mas, se não indica necessariamente distância espacial, indica distância simbólica (...) falta dum estilo de vida realmente urbano, marcado por um padrão de conforto e de acesso aos recursos" (Fernandes e Mata, 2015, p.5).

Dessa forma, no Rio de Janeiro, o termo "periferia" é utilizado tanto para se referir ao subúrbio quanto para se referir às favelas, uma vez que ambos se encontram em uma "periferia social" onde o Centro passa a ser o modo de viver da classe abastada. Sendo assim, para a análise aqui proposta se definiu Territórios Periféricos como o local de moradia da população em vulnerabilidade social, usando para tal o critério de renda. Com isso, são categorizadas como intervenções em Territórios Periféricos as ações que se localizam em favelas ou locais com renda média per capita de até 3,5 salários mínimos mensais, referente ao considerado como Faixa 1 em 2010 (Figura 2).

Figura 2: Mapa de Territórios Periféricos



Nota: Os dados de renda mensal, média per capita, assim como o valor referente a Faixa 1, são do Censo de 2010 e os polígonos das favelas e comunidades urbanas são do Censo de 2022.

Fonte: Autores, 2024.

A escolha do recorte temporal para as análises deste estudo foi cuidadosamente fundamentada. O ano de 2013 foi selecionado por representar o último período, na FAU-UFRJ, anterior à implementação das políticas de cotas, devido à adoção tardia dessa medida pela instituição, conforme discutido previamente. Sendo assim, este é um período representativo da abordagem para com o objeto de trabalho da atuação da(o) arquiteta(o) e urbanista e seu território de alcance pré diversificação do corpo discente. O ano de 2017, representa um período transitório, onde os estudantes cotistas já haviam consolidado seu espaço dentro da faculdade, com seis períodos de vigência das políticas afirmativas, introjetando nesse espaço e em todos que o compõem, narrativas e experiências de vivências diversas na cidade. Por fim, o ano de 2022 é representativo, além da marca de 10 anos da Lei de Cotas, de um corpo discente que, em sua maioria, ingressou na universidade após 2014 e, com isso, teve a íntegra de seu ensino superior convivendo com as repercussões e consequências desta lei que possibilitou o acesso à universidade a camadas da sociedade que antes não podiam alcançar esse nível de formação acadêmica.

METODOLOGIA

A metodologia estabelecida para o desenvolvimento deste estudo se deu, primeiramente, com o estabelecimento do TFG como objeto de investigação, tendo em vista sua importância para exemplificar a mudança na postura do que é considerado como a função do arquiteto e urbanista. Em seguida foram estabelecidos o recorte espacial e temporal, definindo como área de estudo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e como recorte temporal as produções dos anos de 2013, 2017 e 2022, conforme descrito previamente. Com isso estabelecido, foi feita a coleta de dados, na plataforma da Midiateca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, referentes à produção dos seis períodos acadêmicos contidos nesses três anos. A escolha da UFRJ como instituição pesquisada se deu por ela ser a universidade pública que oferece a maior quantidade de vagas por período e, consequentemente, há um maior número de formandos por semestre fazendo com que a amostra analisada seja maior, além disso a organização e divulgação dessa produção por meio da Midiateca facilitou a realização do levantamento. O material coletado, por sua vez, foi organizado em uma planilha (QUADRO 1). Essa planilha teve por objetivo catalogar informações como o ano e período do trabalho, seu título, o bairro, as coordenadas geográficas da intervenção, o tema, o caráter e se a ação foi realizada em territórios periféricos.

Quadro 1: Tabela de levantamento dos TFGs

Ano	Período	Título	Tema	Caráter Social	Território Periférico	Bairro	Coordenadas
2013	2013.1	At Home - Hotel	Hotelaria	NÃO	NÃO	Santo Cristo	-22.896342633401677, -43.203583002437036
2013	2013.2	Centro de Integração Social na Cidade de Deus	Edificação Cultural	SIM	SIM	Cidade de Deus	-22.950004, -43.359175
2017	2017.1	A favela como um território educativo	Requalificação Urbana	SIM	SIM	Botafogo	-22.948679, -43.193758
2017	2017.2	Habitação temporária para população em situação de rua no rio de janeiro	Habitação de Interesse Social	SIM	NÃO	Centro	-22.909489, -43.184576
2022	2022.1	Boulevard Lapa: cultura, residência, comércio e	Edificação de Uso Misto	NÃO	NÃO	Lapa	-22.911956449522883, -43.18151517370946

		serviço no coração da Lapa					
2022	2022.2	Ensaio de Intervenções Voltado para Pessoas Surdas em Ambiente de Ensino da FAU-UFRJ	Educação	SIM	NÃO	Ilha do Fundão	-22.859944, -43.225814

Fonte: Autores, 2024.

Com relação a categoria “Temas”, foram utilizados como base as expressas no próprio site, no entanto, visando a simplificação e padronização para a produção de análises que perpassam todos os períodos analisados foram estabelecidos 14 categorias, sendo elas: (i) Arquitetura da Paisagem; (ii) Educação; (iii) Edificação Comercial; (iv) Edificação Cultural; (v) Edificação de Saúde; (vi) Edificação de Uso Misto; (vii) Edificação Institucional; (viii) Habitação; (ix) Habitação de Interesse Social; (xi) Hotelaria; (xii) Investigação Experimental; (xiii) Mobilidade Urbana; (xiv) Patrimônio.

Visando constatar se houve ou não uma alteração no perfil das produções, foram estabelecidas as categorias Caráter Social e Território Periférico. A primeira se refere ao público alvo do projeto, isto é, se o trabalho é direcionado para populações em situação de vulnerabilidade ou não. A segunda, por sua vez, é relativa à localização do projeto, se ele se encontra em favelas e/ou subúrbios. A partir dessas informações e categorizações foram produzidas três cartografias, uma para cada ano analisado, que expressam tanto o caráter como a localização dessas produções, visando ilustrá-las de forma espacializada. Além disso, foram confeccionados gráficos, com base nas informações referentes aos temas, ao caráter da intervenção e ao território escolhido.

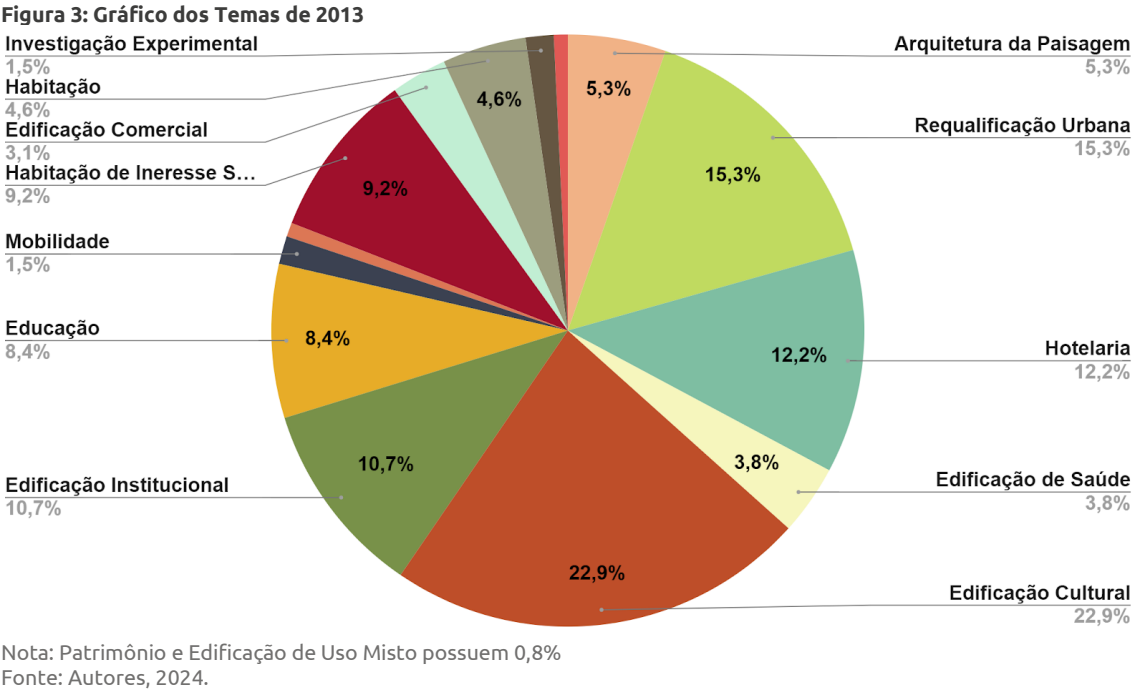
ANÁLISES

2013

O ano de 2013 foi o último período antes da implementação integral da Lei de Cotas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU-UFRJ), com um corpo discente predominantemente oriundo de classes privilegiadas. Esse contexto se refletia nas escolhas projetuais, com uma concentração em bairros já consolidados e de interesse do mercado imobiliário, geralmente alinhadas aos interesses da classe média e alta. A ausência de diversidade socioeconômica influenciava a abordagem pedagógica, resultando em uma baixa representatividade de projetos voltados para habitação de interesse social.

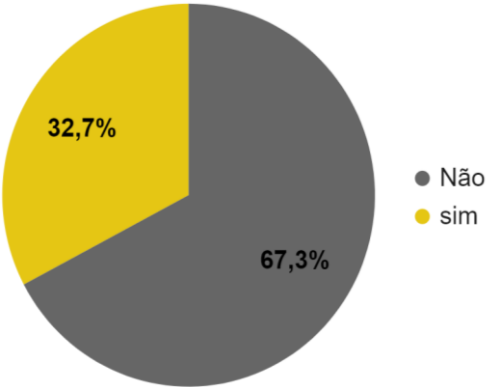
A conjuntura nacional também influenciava os TFGs. Com a aproximação da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, houve um destaque significativo de projetos voltados

para edificações culturais (22,9%) e requalificação urbana (15,3%), além de hotelaria (12,2%) e edificações institucionais (10,7%) (Figura 3), com destaque para museus, centros de treinamentos e de reabilitação e hotéis, o que exemplifica a ênfase em projetos associados aos megaeventos. Essa tendencia refletia o impacto da ausência de debates mais amplos sobre justiça social e direito à cidade, uma vez que o planejamento urbano para os megaeventos foi responsável por remover muitas famílias em prol de uma “limpeza” das áreas a serem utilizadas, no entanto esse tópico não aparece expressivamente na produção dos formandos.



Em 2013 67,3% dos projetos desenvolvidos na FAU-UFRJ não se direcionavam à parcela da população em situação de vulnerabilidade social, enquanto apenas 32,7% atendiam a esse público (Figura 4). Esses dados reforçam a necessidade de debates sobre a democratização da cidade e o papel do arquiteto e urbanista para com a parcela de baixa renda da população pois evidencia que esses não eram temas prioritários na época.

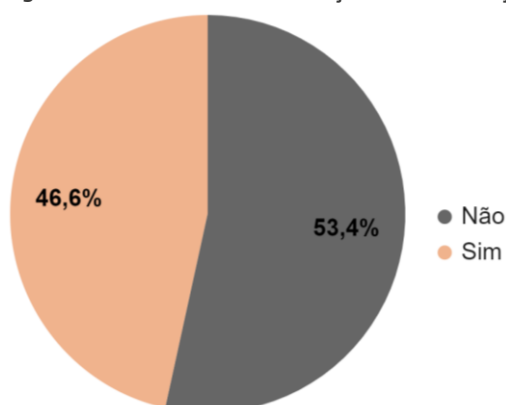
Figura 4: Gráfico sobre o Caráter Social das Intervenções de 2013



Fonte: Autores, 2024.

Além disso, 53,4% dos trabalhos de conclusão deste ano, não se localizavam em Territórios Periféricos (Figura 5), segundo os parâmetros estabelecidos (Figura 2). Esta é a menor porcentagem entre os anos analisados. O que retrata que além de não priorizar as população vulnerável, os projetos se direcionavam a áreas já consolidadas da cidade, ajudando a aumentar a disparidade entre esses território e, assim, acentuar as desigualdades e intensificar a segregação.

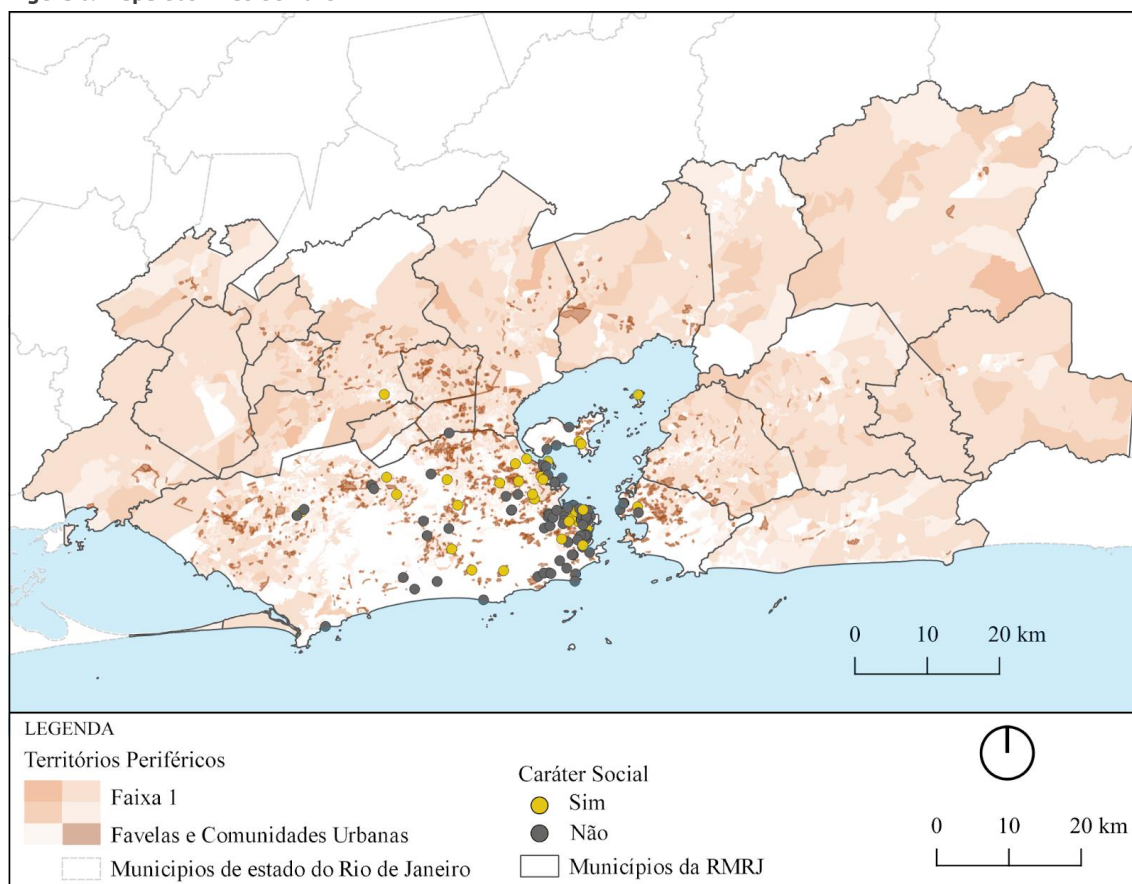
Figura 5: Gráfico sobre a localização das intervenções de 2013 em Territórios Periféricos



Fonte: Autores, 2024.

Por fim, análise cartográfica do alcance das intervenções, na região metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 6), revela uma concentração significativa de projetos de TFG na cidade do Rio de Janeiro, especialmente na região central e portuária. Essa área foi marcada por intensa especulação imobiliária nos anos que antecederam megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Embora 46,6% dos projetos estejam situados em territórios periféricos (Figura 5), observa-se uma lacuna nas regiões mais distantes do centro, como a Baixada Fluminense, Zona Norte, Zona Oeste e São Gonçalo. Essas áreas, historicamente marginalizadas, receberam pouca atenção dos formandos como possíveis territórios para desenvolvimento projetual, evidenciando desigualdades no foco de atuação acadêmica.

Figura 6: Mapa dos TFGs de 2013



Nota: Foram mapeadas apenas 116 das 132 intervenções levantadas devido à falta de informação sobre a localização das intervenções e/ou sua localização fora do recorte de estudo.
Fonte: os autores.

2017

Em 2017, os estudantes oriundos de ações afirmativas ainda não estavam em tempo de se formar, já que a primeira turma ingressou em 2014 e o curso possui duração de cinco anos. Este contexto marca um momento de transição na faculdade, no qual a entrada de novos perfis de alunos começou a influenciar nos debates sobre a sociedade e as diferentes versões da cidade que ela habita, começando assim, a refletir na produção desses estudantes.

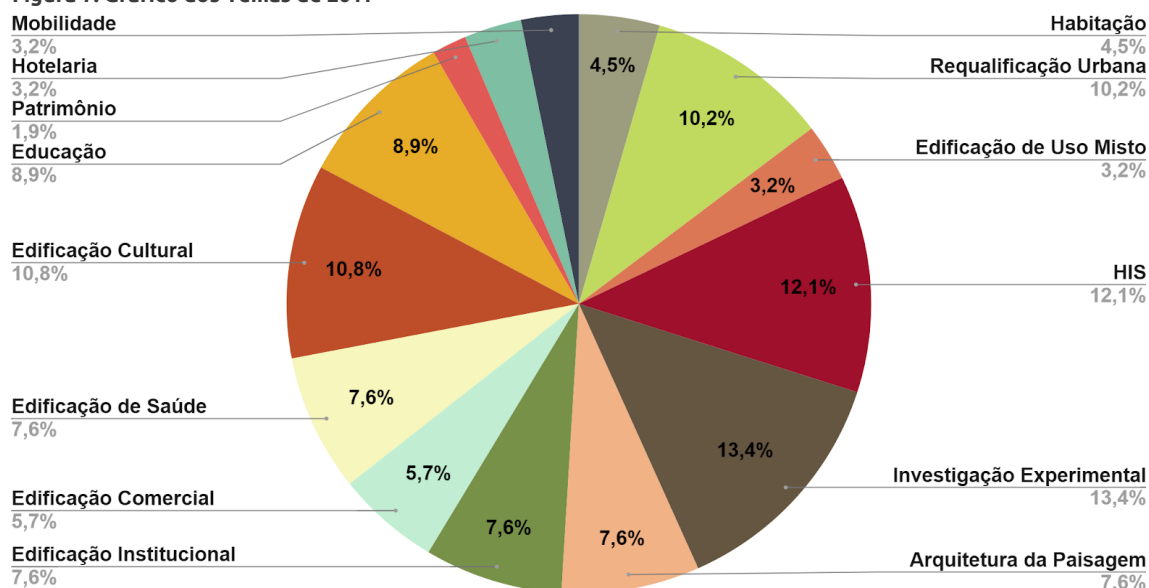
Neste ano, 13,4% dos TFGs foram classificados como Investigações Experimental (Figura 7), abordando o espaço urbano e arquitetônico sob uma perspectiva de ciências sociais aplicadas, sem a obrigatoriedade de propor intervenções físicas. O contexto político do período, com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e as discussões sobre a PEC 241, que congelaria gastos públicos por 20 anos, parece ter contribuído para o aumento dessa categoria de pesquisa, já que fomentou reflexões críticas sobre o impacto das políticas públicas no espaço urbano.

Em seguida, Habitação de Interesse Social e Edificação Cultural foram os temas mais frequentes, com 12,1% e 10,8% respectivamente (Figura 7). A crescente ênfase na habitação de interesse social demonstra o impacto das ações afirmativas no estímulo à

problematização de questões voltadas para populações vulneráveis. Em contraste, a temática de hotelaria caiu para 3,2%, refletindo o arrefecimento do impacto dos megaeventos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, na produção acadêmica.

Esses dados apontam para um momento de transformação na FAU-UFRJ, em que a pluralidade de visões e o impacto dos acontecimentos políticos influenciaram a agenda acadêmica e ampliaram as possibilidades de diálogo crítico sobre o espaço construído.

Figura 7: Gráfico dos Temas de 2017

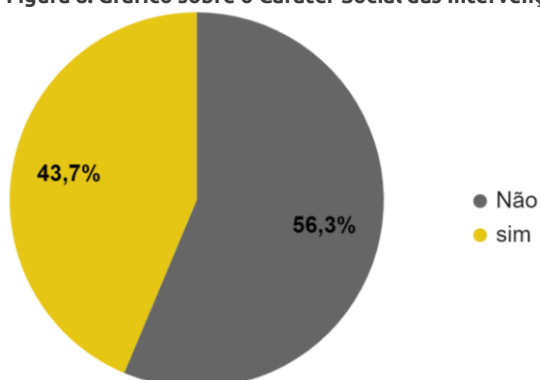


Fonte: Autores, 2024.

Neste mesmo ano, os trabalhos indicaram que 43,7% dos projetos foram voltados para a sociedade em situação de vulnerabilidade, enquanto 56,3% não tinham esse enfoque (Figura 8). Esse avanço de mais de 10% em relação a 2013 reflete uma mudança positiva no alinhamento dos projetos com pautas sociais.

O crescimento pode ser associado ao impacto gradual das políticas de ações afirmativas, que trouxeram novas perspectivas ao corpo discente. Esse contexto foi fortalecido pela ampliação de discussões sobre inclusão social e a relevância de projetos que abordem desigualdades e vulnerabilidades no espaço urbano.

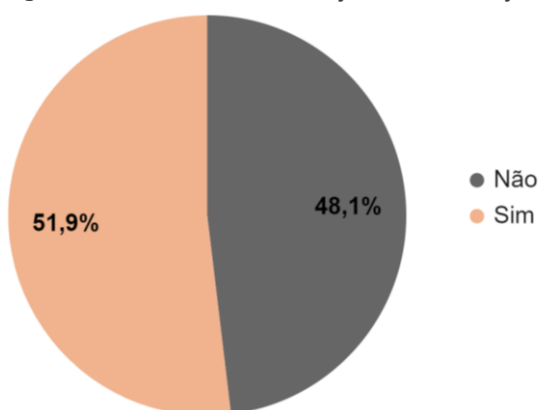
Figura 8: Gráfico sobre o Caráter Social das Intervenções de 2017



Fonte: Autores, 2024.

Com relação a inserção desses trabalhos em Territórios Periféricos, houve um aumento de aproximadamente 5% em relação ao ano de 2013, estando 51,9% em áreas assim definidas (Figura 9), indicando o início de uma possível transformação da abordagem dos formandos para com a cidade nesse período de caráter transitório.

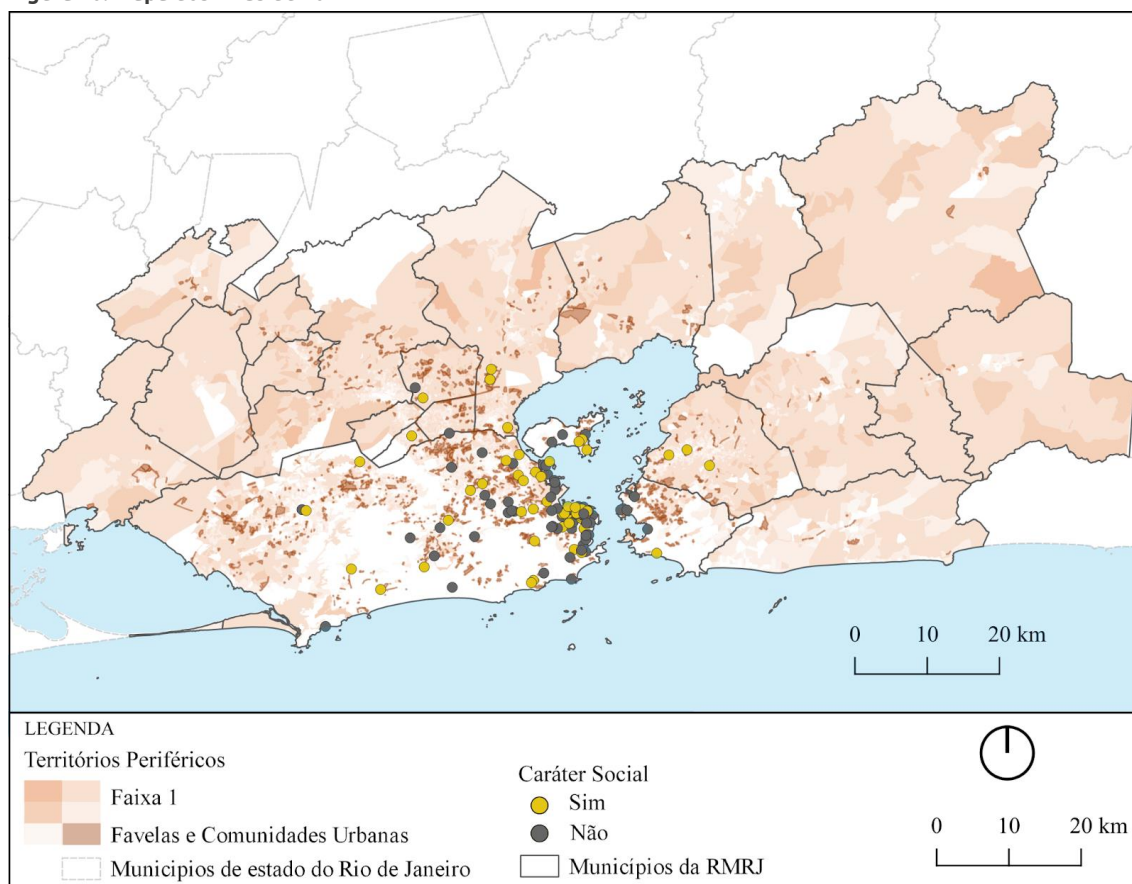
Figura 9: Gráfico sobre a localização das intervenções de 2017 em Territórios Periféricos



Fonte: Autores, 2024.

Enfim, a análise cartográfica de 2017 revela uma dispersão que inclui, ainda que de forma incipiente, territórios como a Baixada Fluminense e São Gonçalo. Esse avanço pode estar relacionado à maior universalização do acesso à FAU-UFRJ, intensificada por políticas afirmativas e transformações no corpo discente. Reforçando, novamente, um período de transição, marcado por mudanças institucionais e pelo fortalecimento do debate social sobre inclusão, cujos efeitos já eram perceptíveis na escolha dos territórios para desenvolvimento dos projetos.

Figura 10: Mapa dos TFGs de 2017



Nota: Foram mapeadas apenas 131 das 158 intervenções levantadas devido à falta de informação sobre a localização das intervenções e/ou sua localização fora do recorte de estudo.
Fonte: Autores, 2024.

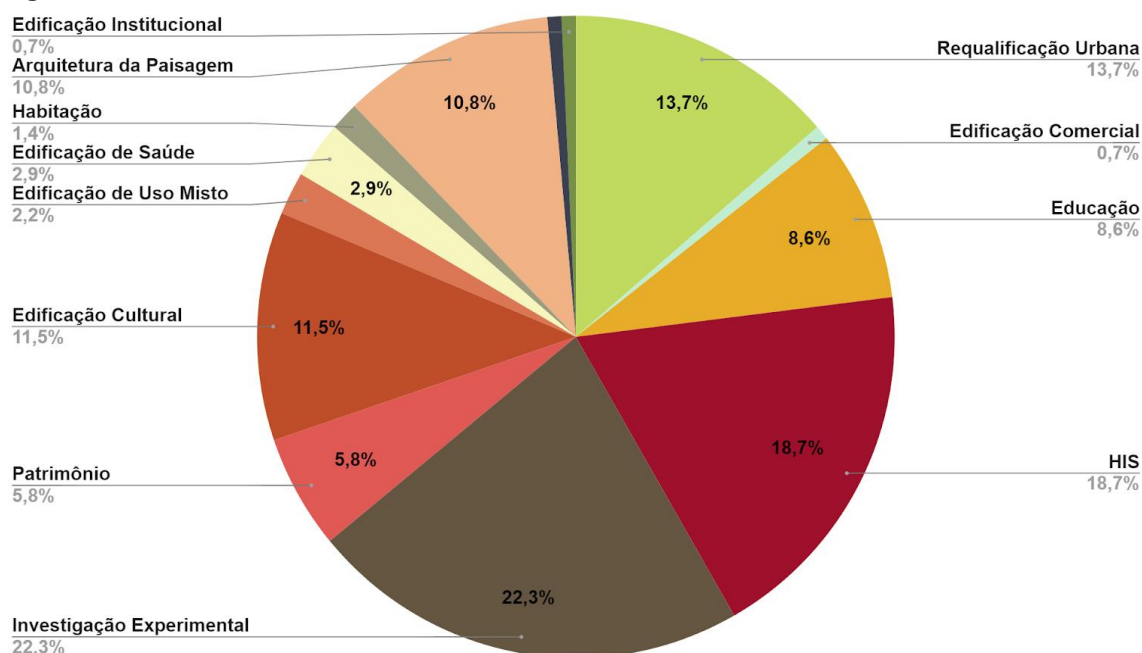
2022

O ano de 2022 marca oito anos desde a adoção das ações afirmativas na FAU-UFRJ e consolida o ciclo de formação de turmas que já entraram na universidade com a vigência da política de cotas e com a diversidade do corpo discente consequente dela. Esse cenário é evidenciado pelo destaque da temática de Habitação de Interesse Social, que aparece com 18,7% dos projetos (Figura 11). Esse resultado reflete o amadurecimento da pauta social dentro da universidade e a influência crescente de políticas afirmativas na formação acadêmica.

O tema mais trabalhado em 2022 foi o de Investigação Experimental, com 22,3%. Além disso, Requalificação Urbana (13,7%) e Arquitetura da Paisagem (12,8%) (Figura 11) registraram um crescimento notável em comparação aos anos anteriores. Esse movimento pode ser interpretado como uma resposta ao contexto pós-pandemia, em que o retorno às atividades presenciais e as discussões intensificadas sobre o acesso ao espaço público trouxeram maior relevância às temáticas uma vez que, durante o isolamento, a negação do uso dos espaços coletivos expôs desigualdades e estimulou debates sobre a hierarquia social no uso desses locais. Outra forma de interpretar essa intensificação temática, é como reflexo das diferentes

perspectivas de cidade que passaram a compor a universidade, colocando esse tema, cada vez mais, em pauta.

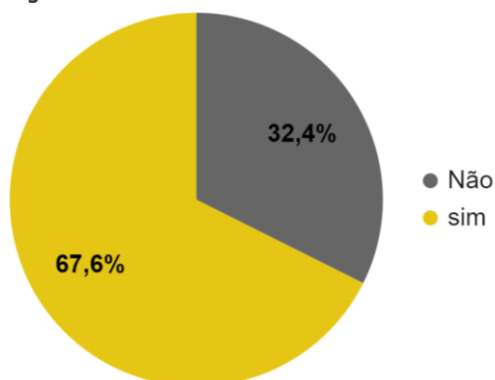
Figura 11: Gráfico dos Temas de 2022



Nota: Mobilidade possui 0,7%
Fonte: Autores, 2024.

Diferentemente dos anos anteriores, os trabalhos com enfoque em questões de caráter social representaram mais do que 50% do produzido no ano, somando 67,6% do total, enquanto aqueles que não adotaram esse enfoque corresponderam a 32,4% (Figura 12). Esses dados indicam uma inversão em relação ao panorama observado em 2013 e sugerem um impacto positivo da implementação da política de cotas, refletindo a formação de turmas mais engajadas em debates sociais, compostas por estudantes que ingressaram no ensino superior público já sob os efeitos da referida política.

Figura 12: Gráfico sobre o Caráter Social das Intervenções de 2022

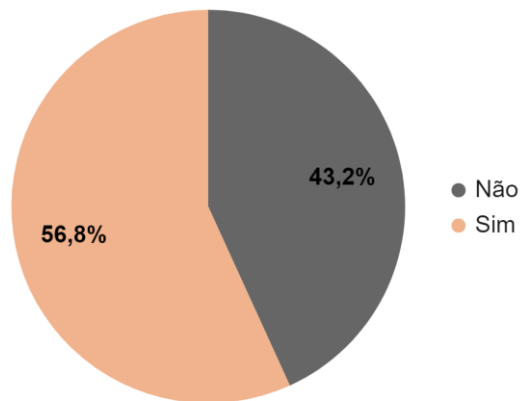


Fonte: Autores, 2024.

No tocante a localização dessas intervenções, em 2022, 56,8% dos trabalhos foram propostos para Territórios Periféricos, indicando um aumento em relação aos anos de 2013 e 2017 e

confirmando uma progressão de expansão da atuação nessas áreas pós a implementação das cotas.

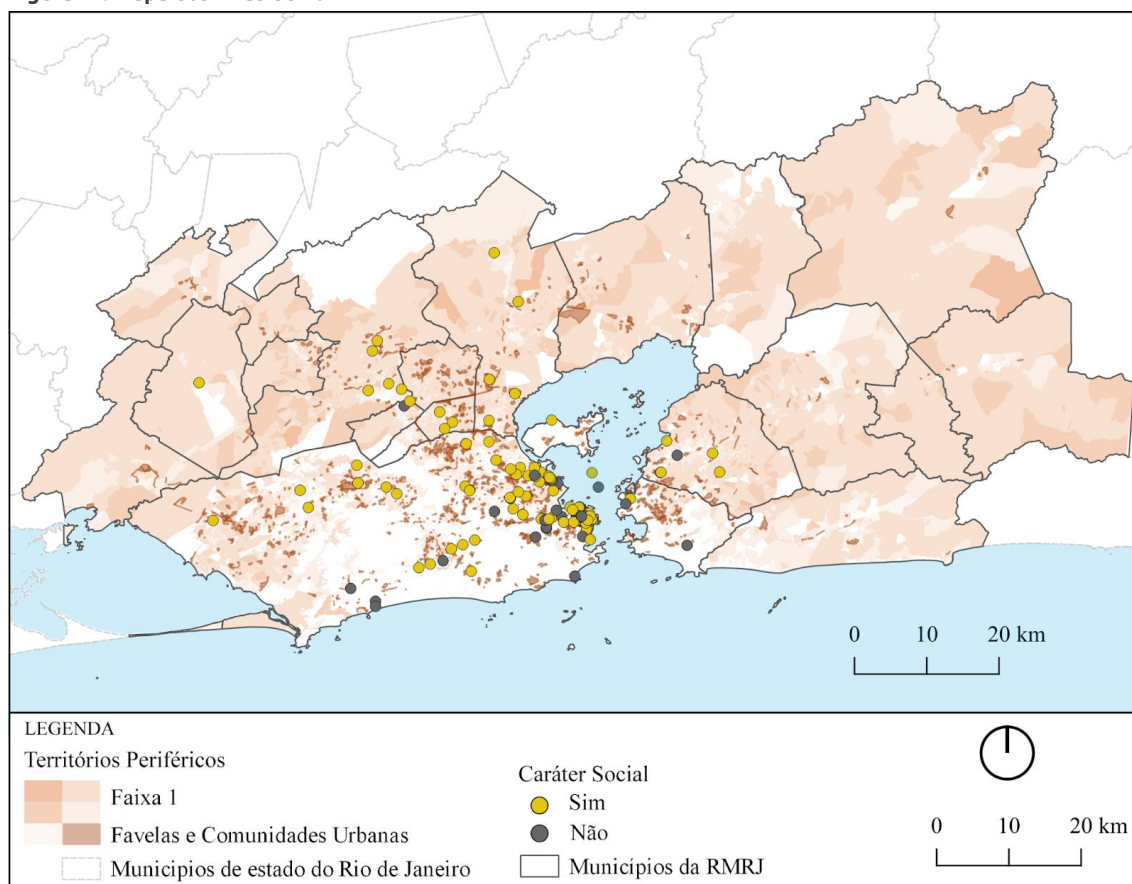
Figura 13: Gráfico sobre a localização das intervenções de 2022 em Territórios Periféricos



Fonte: Autores, 2024.

Além disso, a análise da cartografia de 2022, que sobrepõe a localização dos projetos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, revela a descentralização em relação aos anos anteriores e, com isso, observa-se um aumento das intervenções em municípios como São Gonçalo e da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, áreas historicamente negligenciadas nos debates urbanos. Essa mudança coincide com uma alta concentração de projetos considerados como de “caráter social”, representados na cartografia por pontos amarelos, o que sugere um avanço no caráter crítico e inclusivo das propostas projetuais (Figura 14). Esse fenômeno está possivelmente associado à ampliação das políticas de ações afirmativas, que em 2022 completaram uma década, reforçando a diversidade de perspectivas entre os estudantes e incentivando a valorização de territórios marginalizados.

Figura 14: Mapa dos TFGs de 2022



Nota: Foram mapeadas apenas 125 das 139 intervenções levantadas devido à falta de informação sobre a localização das intervenções e/ou sua localização fora do recorte de estudo.
Fonte: Autores, 2024.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o efeito da Lei de Cotas no ensino, aprendizagem, formação e na prática dos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A identificação de uma relação entre a implantação da Lei e a mudança positiva no caráter social e na localização dos Trabalhos Finais de Graduação (TFGs) permite concluir que o objetivo foi alcançado, preenchendo a lacuna relativa à inclusão de estudantes cotistas e às mudanças perceptíveis nas características sociais dos TFGs, bem como na escolha de territórios periféricos como foco de intervenção.

Dessa forma, o artigo tem como principal contribuição a apresentação de uma linha do tempo que abrange os anos de 2013, 2017 e 2022, evidenciando o poder da inclusão na educação como agente transformador. Os dados relativos à temática dos TFGs mostram que, em 2013, último antes da implantação da Lei na UFRJ, a maioria dos projetos estava alinhada aos interesses da produção de uma cidade voltada para os futuros megaeventos, sem debate crítico e apelo social. Em 2017, observa-se um teor mais crítico nos projetos, marcado pelo aumento de ocorrência da categoria Investigação Experimental. Já em 2022, os temas predominantes passaram a ser Investigação Experimental, Habitação de Interesse Social,

Requalificação Urbana e Arquitetura da Paisagem, marcando a consolidação do debate social de direito à cidade consequente da instalação da política de cotas.

No que diz respeito ao Caráter Social das propostas, houve um aumento consistente de projetos direcionados à população em situação de vulnerabilidade, reforçado pelo crescimento na inclusão de Territórios Periféricos como áreas de intervenção. Esse percentual passou de aproximadamente 32% em 2013 para 67% em 2022, configurando uma inversão direta de proporções.

No tocante às limitações, é importante ressaltar que a ausência de localização de algumas amostras de TFGs coletadas na midiateca da FAU-UFRJ pode ter causado pequenas oscilações nos dados gerais. Para pesquisas futuras, sugere-se considerar os desafios estruturais e culturais que ainda persistem no ambiente universitário, além da inclusão de novas políticas de reparação histórica, como as recentemente debatidas e implantadas cotas para pessoas transsexuais e travestis. Isso assegurará que mais brasileiros tenham as ferramentas necessárias para contribuir como agentes críticos na construção de uma sociedade e de cidades mais justas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

CARREIRA, Denise. HERINGER, Rosana. **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas.** Rio de Janeiro, RJ: Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022. Disponível em: Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 16 Nov 2024.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luiz Augusto. **A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011).** Rio de Janeiro: UERJ/IESP, 2011. (Levantamento das Políticas de Ação Afirmativa – GEMAA).

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio.** Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2011.

FERNANDES, Luís e MATA, Simão. **Viver nas “Periferias Desqualificadas”: Do Que Diz a Literatura às Percepções de Interventores Comunitários.** Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo. Ponto Urbe [Online], posto online no dia 31 julho 2015, consultado em 30 abril 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.2658>. Acesso em: 16 Nov 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HONORATO, Gabriela et al. Trajetória das desigualdades raciais na educação superior e o acesso às universidades federais sob a Lei de Cotas. *In*: CARREIRA, Denise. HERINGER, Rosana (org.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022. Disponível em: Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 16 Nov 2024. cap. 1, p. 35-68.

HONORATO, Gabriela; HERINGER, Rosana (org.). **Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7435#/n1/all/n3/all/v/10681/p/last%201/d/v10681%203/l/v,p,t/cfg/uf,2comp,1comp,cod,signiv,idrot,abvrot,nt,agpcab,/resultado>. Acesso em: 16 Nov 2024.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. ISBN: 9788524045134

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades Urbanas. Notas metodológicas n.01 Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>. Acesso em: 16 Nov 2024.

JANOARIO, Ricardo de Souza. **A coragem da verdade: acesso, permanência e política de ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na visão dos gestores**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MARTINS, Melina Klitzke. **Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016**. 2018. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OECD. **Education at a Glance 2021: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>. Acesso em: 16 Nov 2024.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022**. Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>. Acesso em: 17 Nov 2024.

SALATA, Andre Ricardo. RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 12, 2023 Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 16 Nov 2024.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In*: DINES, Alberto et al. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. cap. 7, p. 133-144..

SOARES, M. T. de S. (1965). **Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia. — (1990). Divisões Principais e Limites Externos do Grande Rio de Janeiro. En BERNARDES, L. M. C. e SOARES, M. T. de S. Rio de Janeiro: Secr. Mun. Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Proposta de plano quinquenal de desenvolvimento para a UFRJ**: PDI. Rio de Janeiro: UFRJ, mar. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2021. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 / Comissão de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: UFRJ, Coordcom. Recurso eletrônico (424 p.): digital.

UFRJ.CONSUNI. **Resolução n. 21, de 25 de outubro de 2012**. Altera a Resolução n. 18/2012 em atendimento ao Decreto n. 7.824, de 11/10/2012, e à Portaria Normativa n. 18 do MEC, de 11/10/2012. Disponível em: https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Res_21-2012.pdf. Acesso em: 16 Nov. 2024.